

Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP

Katia Maria Pacheco dos Santos

Profa. Dra. Universidade de Brasília - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
e-mail: pachecokatia@unb.br

Rafael José Navas da Silva

Prof. Dr. Universidade Federal de Alagoas - Centro de Ciências Agrárias
e-mail: navas_rj@yahoo.com.br

Adla Alves Alexandre

MSc. Economia Doméstica - Fundação Instituto de Terras de São Paulo
e-mail: adlaalex@yahoo.com.br

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Profa. Dra Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca
e-mail: akanikadan@gmail.com

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

Profa. Dra. Associada ESALQ-USP
e-mail: mepegara@usp.br

Resumo

A agricultura em pequena escala é uma prática comum nas unidades de conservação no bioma mata atlântica, configurando diferentes realidades quanto à segurança alimentar das populações. Nesta pesquisa objetivou-se abordar a relação entre modo de vida e segurança alimentar na Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo, localizada no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga/ Vale do Ribeira/SP. Os métodos usados para a coleta de dados incluíram questionário semiestruturado e recordatório 24 horas. Os resultados observados evidenciam que a produção agroalimentar local contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares. Na unidade de conservação, nota-se que a produção agrícola é majoritariamente destinada à alimentação da família. Verificou-se que as práticas agroalimentares também contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade do referido território, e podem ser entendidas como uma estratégia de salvaguarda dos saberes e práticas agrícolas locais. A mudança da categoria de unidade de conservação permitiu aos agricultores fazerem uso da terra não mais na condição de clandestinidade. Conclui-se que as práticas de produção agroalimentar na APA não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e soberania alimentar.

Palavras-chave: Área de proteção ambiental; mata atlântica; hábitos alimentares.

Maintenance of the food system on the territory of environmental conservation: the case of the APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP

Abstract

Small-scale farming is a common practice in protected areas in the Atlantic Forest biome, setting different realities on food security of the population. This research aimed to address the relationship between livelihoods and food security in the Environmental Protection Area Planalto do Turvo in the Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga/Ribeira Valley/SP State. The methods used for data collection included semi-structured questionnaire and 24-hour recall. The observed results show that the production practices do not contradict the premise of conservation and contribute to the maintenance of food security and sovereignty. It was found that the agri-food practices also contribute to the maintenance of agricultural biodiversity that territory, and can be understood as a safeguard strategy of knowledge and local farming practices. In the protected area, the agricultural production is mainly intended for family food. The change of the category of protected area has enabled farmers to make use of the land no longer in hiding condition.

Key words: Environmental protection area; atlantic forest; food habits.

Mantenimiento del sistema alimentario en el territorio de conservación ambiental: el caso de la APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP

Resumen

La agricultura en pequeña escala es una práctica común en las áreas protegidas en el bioma de la Mata Atlántica, estableciendo diferentes realidades en la seguridad alimentaria de la población. Esa investigación tuvo como objetivo abordar la relación entre los medios de subsistencia y la seguridad alimentaria en el Área de Protección Ambiental Planalto do Turvo, ubicada en Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Vale do Ribeira, Estado de São Paulo. Los métodos utilizados para la recolección de datos incluyeron cuestionario semi-estructurado y recordatorio de 24 horas. Los resultados observados muestran que las prácticas de producción no contradicen la premisa de la conservación y contribuyen al mantenimiento de la seguridad y soberanía alimentaria. Las prácticas agroalimentarias también contribuyen al mantenimiento de la biodiversidad agrícola de ese territorio, y pueden entenderse como una estrategia de salvaguardia de los conocimientos y prácticas agrícolas locales. En el área protegida, se observa que la producción agrícola se destina principalmente para la alimentación familiar. El cambio de la categoría de área protegida ha permitido a los agricultores hacer uso de no más en ocultar la condición de la tierra.

Palavras-clave: Área de protección ambiental; foresta atlántica; hábitos alimenticios.

Introdução: Produção de autoconsumo, segurança e soberania alimentar

Diferentes sistemas agrícolas foram sendo desenvolvidos em várias partes do mundo (REIJNTJES et al., 1994), moldando o abastecimento e consumo de alimentos no mundo contemporâneo. A agrobiodiversidade é fruto do manejo complexo e dinâmico dos cultivos agrícolas, sendo também um fenômeno cultural (SANTILLI, 2009).

Os agricultores camponeses detêm saberes que possibilitam manipular uma base de recursos, o que lhes garante determinada autonomia (PLOEG, 2008), que se traduz como aprovisionamento alimentar pela produção familiar para autoconsumo.

A organização da produção leva em conta os ciclos próprios da natureza, a partir do qual se constroem as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho. Em suas

práticas produtivas, as comunidades expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida num movimento de relações empíricas e cotidianas com o meio, na construção de seu modo de vida. A leitura que fazem do seu espaço ecológico remete aos usos que elas aí praticam, diretamente relacionados à reprodução da sua vida material e simbólica (FERREIRA, 2006).

Gazolla (2004) classifica o autoconsumo também chamado de agricultura e/ou produção para subsistência como uma característica própria da agricultura familiar. De acordo com Maluf (2002) a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias do meio rural, tanto como fonte direta de renda e de alimentos para o autoconsumo, quanto por fornecerem a base necessária para muitas das atividades não agrícolas.

A produção para autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente a unidade familiar e a satisfação de uma de suas necessidades vitais: a alimentação. Configura-se como uma estratégia que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a sua reprodução social (PLOEG, 2006). Pesquisas sobre este tema concluíram que esta atividade contribui para a segurança alimentar, para a redução da pobreza rural, e tem interfaces com a sociabilidade e a identidade dos agricultores (MENASCHE, 2007; RAMOS, 2007; GAZOLLA, 2004; SANTOS e FERRANTE, 2003).

No bojo do debate sobre segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais é preciso considerar como uma estratégia para tal, a produção de autoconsumo, onde a qualidade da alimentação pode ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar, em contraposição à subordinação imposta pela produção de alimentos em quantidade sem qualquer preocupação quanto à qualidade e à origem.

A manutenção da segurança alimentar em grupos humanos habitantes em unidades de conservação de uso sustentável está associada a uma mudança na forma de acesso aos recursos naturais, imposta pelas leis ambientais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não chegou a estabelecer uma categoria de unidade de conservação especialmente voltada para a proteção da agrobiodiversidade, cujo conceito reflete as dinâmicas e complexas relações que se estabelecem entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes nos quais convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção à segurança alimentar e nutricional das populações, de inclusão social, bem como de desenvolvimento sustentável (SANTILLI, 2009, p. 95).

A segurança alimentar apareceu mais explicitamente no cenário das políticas públicas brasileiras somente a partir dos anos 1980. No bojo desses debates a respeito da segurança alimentar é observado que essa aponta para além do aspecto da qualidade

nutricional do alimento, mas também ao respeito aos hábitos culturais e aos modos de produção ecologicamente sustentáveis.

Numa perspectiva antropológica, a alimentação deve ser vista como uma dimensão da cultura em interação dinâmica com o meio ambiente, a economia e os valores de cada grupo social.

Segundo Maluf e Menezes (2006), são três os pontos norteadores da segurança alimentar, sendo a qualidade nutricional dos alimentos; os hábitos/cultura alimentar específicos de cada comunidade ou grupo social; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos.

Considerada nesses termos, há que se considerar ainda que as estratégias de segurança alimentar no meio rural, se aproximam ao que é preconizado pela soberania alimentar. Entende-se por soberania alimentar o direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra, que sejam ecológica, social, econômica e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas (MALUF, 2002).

Vale destacar que no ano de 1996 foi realizada a Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela FAO. Nessa ocasião tornou-se inevitável a polarização sobre o tema do comércio internacional de alimentos. Menos no debate entre governos e mais pelas enérgicas manifestações de representações da sociedade civil. É neste momento que emerge com força a ideia da soberania alimentar. A mais ativa representação internacional dos camponeses, a Via Campesina, reivindica a soberania alimentar como “o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural” (VALENTE, 2001).

Em 2001 em Cuba a concepção de soberania alimentar foi defendida pela Via Campesina em Cuba no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que reuniu trabalhadores do campo, indígenas, pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e pesquisadores.

A soberania alimentar é portanto, entendida como direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental (FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Posteriormente, o conceito tomou mais fôlego no sentido da construção da soberania alimentar como

O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmo e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, p. 23).

Deste modo, o conceito de soberania alimentar se apresenta de forma mais abrangente do que segurança alimentar, uma vez que reflete a preocupação dos agricultores camponeses enquanto produtores reais de alimentos, com base na sua cultura de produção agrícola e no espaço geográfico local. A prática defendida pela Via Campesina está baseada na produção através de métodos sustentáveis, culturalmente apropriados, com fins a propiciar que o consumidor defina seu consumo alimentar. Ao contrário do que é advogado pela indústria agroalimentar, estes se posicionam de forma contrária ao modelo agroindustrial da produção de alimentos.

Para além das questões do acesso aos alimentos e também das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais: agricultura camponesa, preservação da biodiversidade e autodeterminação daquilo que é consumido pelos povos. Proposto pelos movimentos sociais do campo, especialmente pela Via Campesina, o conceito surge como um posicionamento crítico à aproximação que o conceito de segurança alimentar utilizado possuía com o viés neoliberal. De acordo com Campos e Campos (2007) para este movimento, a questão alimentar até então abordada se preocupava apenas em garantir alimentos, sem se importar com onde e como são produzidos, o que favorece o agronegócio e contribui para inviabilizar a agricultura camponesa.

Nesse sentido, vale destacar a necessidade de se considerar a noção de soberania alimentar enquanto perspectiva que se fundamenta na salvaguarda das agriculturas locais como meio eficaz de produção de alimentos e de combate à fome, uma vez que esta concepção considera as agriculturas locais como aquelas que mobilizam de forma mais harmoniosa os recursos naturais disponíveis em suas terras e são praticadas por agricultores familiares que mantêm sua identidade. Para além das questões do acesso aos alimentos e também das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais, sendo a agricultura camponesa, a preservação da biodiversidade e a autodeterminação daquilo que é consumido pelos povos.

Tratou-se, portanto, no presente trabalho de verificar como as práticas agrícolas de unidades familiares residentes em unidades de conservação de uso sustentável se relacionam com os preceitos da segurança e soberania alimentar e ainda analisar se tais práticas podem ser consideradas compatíveis com a premissa dessa unidade de

conservação, e, se estas têm proporcionado ações de reforço a práticas ecológicas de produção de alimentos.

Metodologia

A referida Área de Proteção Ambiental - APA está localizada nos municípios de Barra do Turvo e Cajati/SP, possuindo área de 2.721,87 hectares no território do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga – MOJAC.

Segundo o cadastro realizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP em 2009, na APA Planalto do Turvo existem 374 famílias, sendo a localização denominada como bairro Bela Vista - o mais populoso, principalmente em decorrência da ocupação de migrantes vindos de diversas regiões do país, mais expressivamente do norte do Paraná.

Este estudo se baseou fundamentalmente nos dados coletados durante a pesquisa para a tese Doutorado concluída no ano de 2015, que abrangeu esta Unidade de Conservação e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos do Médio Ribeira, ambas no MOJAC. A sistemática de investigação junto a famílias de agricultores da APA obedeceu a uma sequência de etapas, abrangendo os hábitos alimentares das famílias da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo e as práticas agrícolas realizadas.

Foram selecionados indivíduos das famílias de agricultores para realizar entrevistas seguindo o critério de uso e residência, ou seja, ser morador e exercer práticas agrícolas, visando entender a diversidade dos sistemas agroalimentares.

Utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados (MINAYO, 1994), o método recordatório 24 horas e a frequência de consumo dos principais itens alimentares que constituem a dieta. O questionário de frequência de consumo, segundo Holanda e Barros Filho (2006), é um instrumento para apontar as preferências, bem como a frequência de ingestão de alimentos e bebidas. Também fez parte deste roteiro a fonte dos alimentos.

A pesquisa de campo se deu entre os meses de março a dezembro de 2012, com entrevistas em 24 unidades familiares que atenderam ao critério estabelecido inicialmente.

Resultados e Discussão: Caracterização socioeconômica dos agricultores da APA Planalto do Turvo

No início da década de 1970, após a construção da rodovia Regis Bittencourt (BR-116) no Estado de São Paulo, houve um maior crescimento econômico no Vale do Ribeira, estimulando a ocupação das áreas por migrantes do Paraná e de outros estados, mesmo

estas sendo terras devolutas. Este foi o caso de áreas no antigo Parque do Jacupiranga às margens da rodovia.

No início dos anos de 1980 muitas famílias de migrantes originárias do norte do Paraná, e, também na região norte do país, sul e centro-oeste, migraram para regiões do sul do estado de São Paulo (WESTPHALEN et al., 1968), como os migrantes que se estabeleceram em terras às margens da BR 116, constituindo o núcleo populacional, conhecido por bairro Bela Vista. As atividades de grande parte desses migrantes eram de caráter exploratório, com substituição das matas por pastagens, exploração ilegal de madeira, e também compra e venda de terra, realizada de modo ilegal.

O referido bairro Bela Vista compunha umas das localidades populacionais mais expressivas no interior do Parque Estadual do Jacupiranga. Esta Unidade de Conservação de Proteção Integral criado em 1968, passou a ser uma UC de Uso Sustentável em 2008, passando o bairro a integrar a área da denominada Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - MOJAC.

Do público-alvo dessa pesquisa, 46% afirmaram serem migrantes do estado do Paraná, 20% são de Barra do Turvo e os demais de outros Estados do Brasil.

Não há sistema de saneamento e o fornecimento de energia apenas contempla as moradias próximas ao núcleo do bairro, pois a rede elétrica só foi instalada em parte da área, somente após a recategorização desta área do Parque Estadual de Jacupiranga em 2008, passando a constituir a então APA Planalto do Turvo. No bairro não há escola, nem rede de telefonia. Há um local adaptado para atendimento à saúde realizado pelo Programa de Saúde da Família.

Com relação a fontes de renda observou-se que a mais significativa era originária de aposentadoria, segundo declarado por 67% dos entrevistados. Como segunda fonte de renda estava a atividade agropecuária com 25% dos entrevistados, com destaque para pecuária de corte, sendo as demais relacionadas a atividades ligadas ao comércio local.

Quanto à renda declarada pelos agricultores em salário mínimo, observou-se que 13% recebiam até 1 salário; 50% entre 1 e 2 salários mínimos; 34% entre 2 e 3 salários e 3% acima de 3 salários.

Produção, origem e consumo de alimentos

Entre os agricultores da APA notou-se que 50% dos alimentos consumidos eram produzidos pelas unidades familiares, 42% eram adquiridos através da compra e 8% recebidos via doação, principalmente pelos programas públicos. Francisco (2006) verificou na Área Proteção Ambiental Guaraqueçaba a existência de três formas de acesso à alimentação, sendo as mesmas observadas nesse estudo.

Quanto aos valores empenhados mensalmente com alimentação, 33% tinham custo entre R\$150,00 e R\$300,00; 29,5% dos entrevistados afirmaram que o custo mensal com compra de alimentos está em torno de R\$400,00; para 25% o custo era de R\$ 500 a R\$600 reais e 12,5% não quiseram informar.

Entre os agricultores, 51% produziam alimentos em áreas de roça (coivara) e 49% tinham cultivos nos quintais das casas. Com relação a criação animal, 66% possuíam frangos; 50% criação de suínos e 62,5% criavam gado, que era destinado para comercialização e consumo, sendo os demais apenas para consumo familiar.

Quanto ao convívio familiar nas refeições, 80% dos entrevistados indicaram realizar o jantar em família, diferente do almoço, devido a questões de trabalho ou estudo de algum membro da família.

Ao tratarmos sobre as preferências alimentares é importante discorrer a respeito das memórias alimentares do grupo. Para os agricultores da APA ficou nítido que a elaboração de alimentos para consumo no fim de semana tem uma carga de cuidado especial, como fica evidente ao ler os relatos abaixo.

“Quando tem visita faz algo diferente. Macarronada, canja caipira, vinagrete”.
(entrevistado 1).

“Biscoito de polvilho frito, aprendi com minha mãe, ainda quando morávamos em Presidente Prudente” (entrevistado 2).

“O pudim de pão doce aprendi a fazer quando morava no Paraná e a polenta com frango observando quem fazia” (entrevistado 3).

“Frango com polenta e quiabo, típica comida mineira, aprendi com minha mãe”
(entrevistado 4).

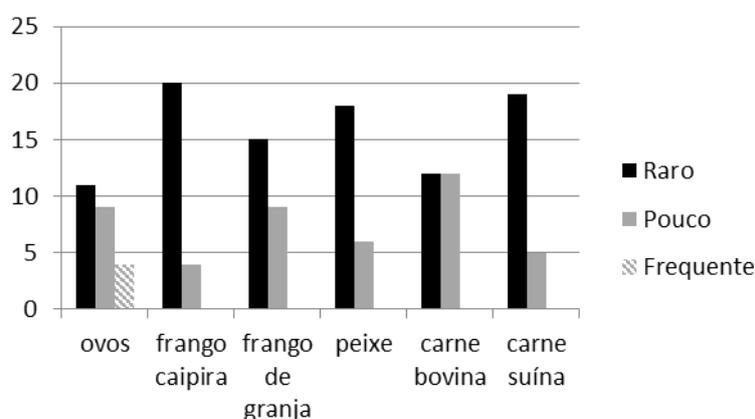
“Aprendi com minha mãe fazer pamonha, bolo de milho e cuscuz de milho”
(entrevistado 5).

A dieta dos agricultores (recordatório 24 horas)

Observou-se, entre os entrevistados que as principais fontes de proteína eram constituídas por carne bovina, seguida de frango e carne suína, como observado no Gráfico 1. Esse resultado reflete a influência da alimentação do Sul do país, com alto consumo de carne bovina e pela sua criação ser representativa na área. Em pesquisa com comunidade residente em UC, Silva et al. (2015) verificou que nas comunidades com fácil acesso ao meio urbano havia maior consumo de carne bovina, diferentemente daquelas com difícil acesso. Em outras comunidades residentes em UC, pesquisas apontam para maior consumo de frango (NAVAS et al., 2015; FIGUEIREDO et al., 2011), o que pode ser

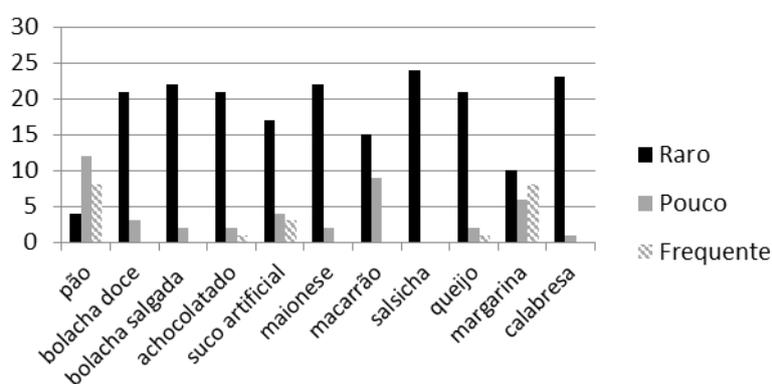
explicado pelo menor valor desse item para compra, evidenciando a importância da atividade pecuária para abastecimento familiar no caso da APA.

Gráfico 1 - Frequência de consumo das fontes de proteína de origem animal na alimentação das famílias



Entre os alimentos embutidos e industrializados notou-se baixo consumo entre as famílias, sendo principalmente margarina, sucos artificiais em pó e bolachas doces, como observado no Gráfico 2. Esse resultado é semelhante ao observado em pesquisa com comunidade quilombola da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Turvo (SANTOS, 2015), e difere de outras pesquisas, que evidenciam alto consumo de itens industrializados entre comunidades tradicionais e residentes em UC (NAVAS et al., 2015; SOUZA e SOARES, 2011; SILVA e BEGOSSI, 2007; PIPERATA, 2007; CAMBUY, 2006; CGPAN, 2005).

Gráfico 2 - Frequência de consumo alimentos industrializados



Notou-se que a base alimentar dos agricultores da APA se constitui no consumo de arroz, feijão e farinha de milho (Gráficos 3 e 6), mas esses itens, na maioria dos casos, são adquiridos em supermercados.

Com relação a ingestão de frutas e verduras, o percentual de entrevistados que apresentaram ingestão de pelo menos 3 vezes por semana está em torno de 29% e 37,5% respectivamente, como observado nos Gráficos 4 e 6. Esse resultado é semelhante a outras pesquisas, que apontam baixo consumo desses itens na alimentação.

Gráfico 3 - Frequência de consumo de carboidratos, amidos e grãos

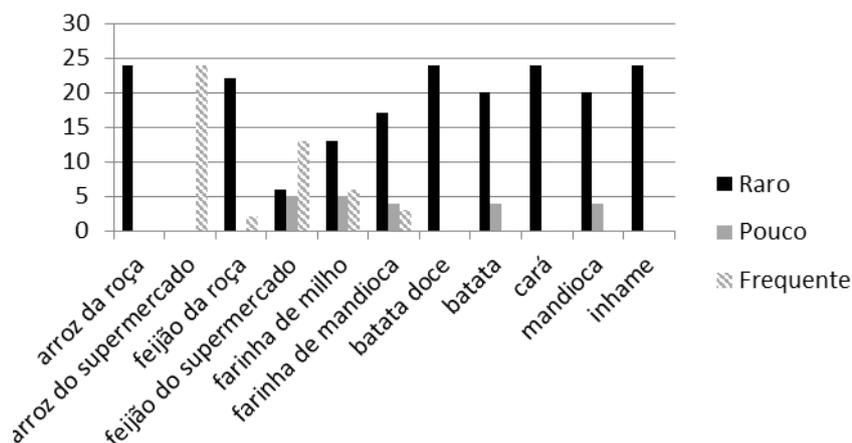
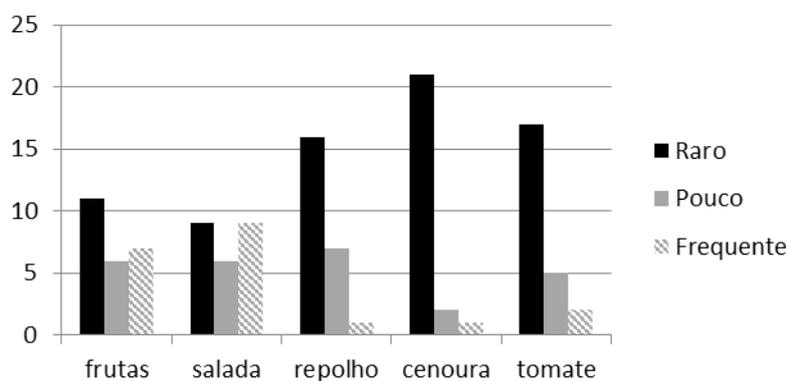


Gráfico 4 - Frequência de consumo de frutas e verduras



O café com açúcar, pão e leite são os itens mais consumidos no café da manhã pelos agricultores (Gráfico 5), mas ainda permanecem alguns hábitos dos migrantes, como o consumo do chimarrão.

O lanche da manhã e da tarde quando realizado, se caracteriza principalmente pelo consumo de café, leite, pão, ovo e sucos artificiais.

Gráfico 5 - Recordatório 24 horas: Café da manhã APA

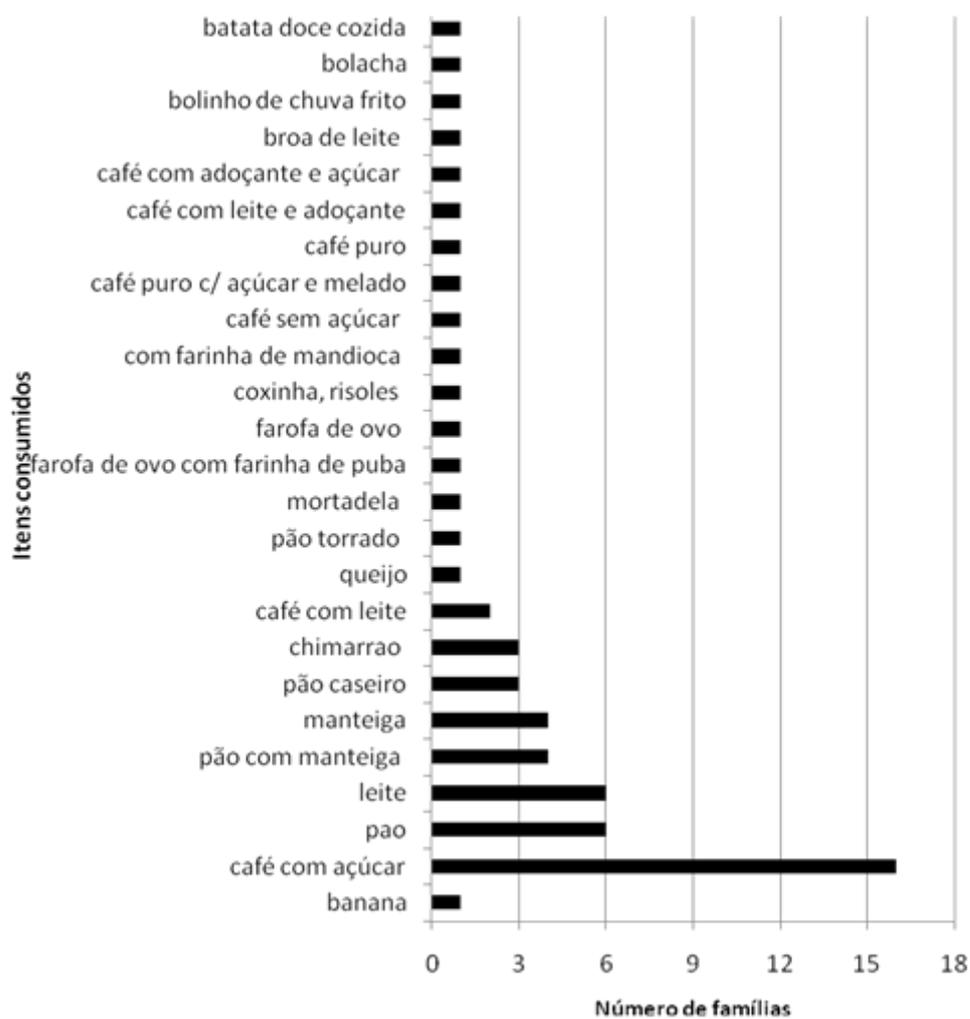


Gráfico 6 - Recordatório 24 horas: Almoço na APA

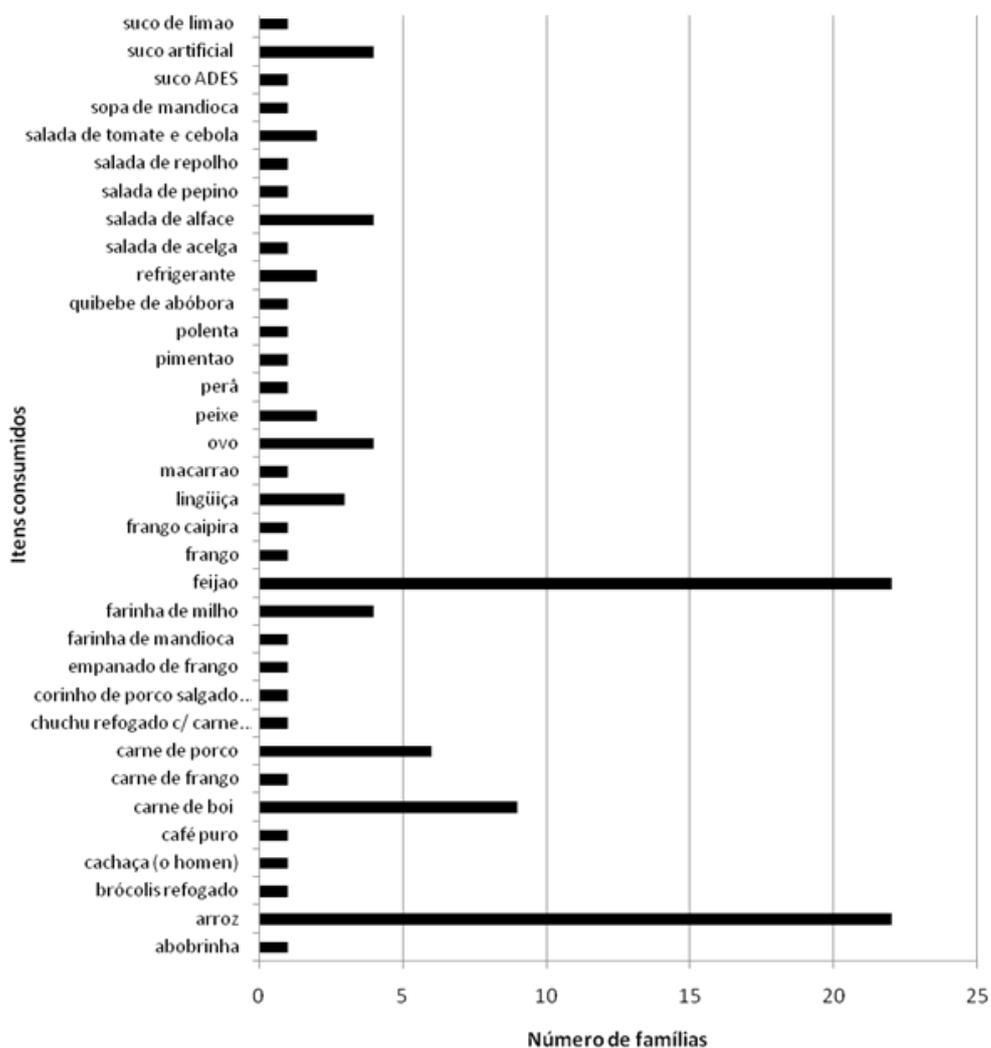
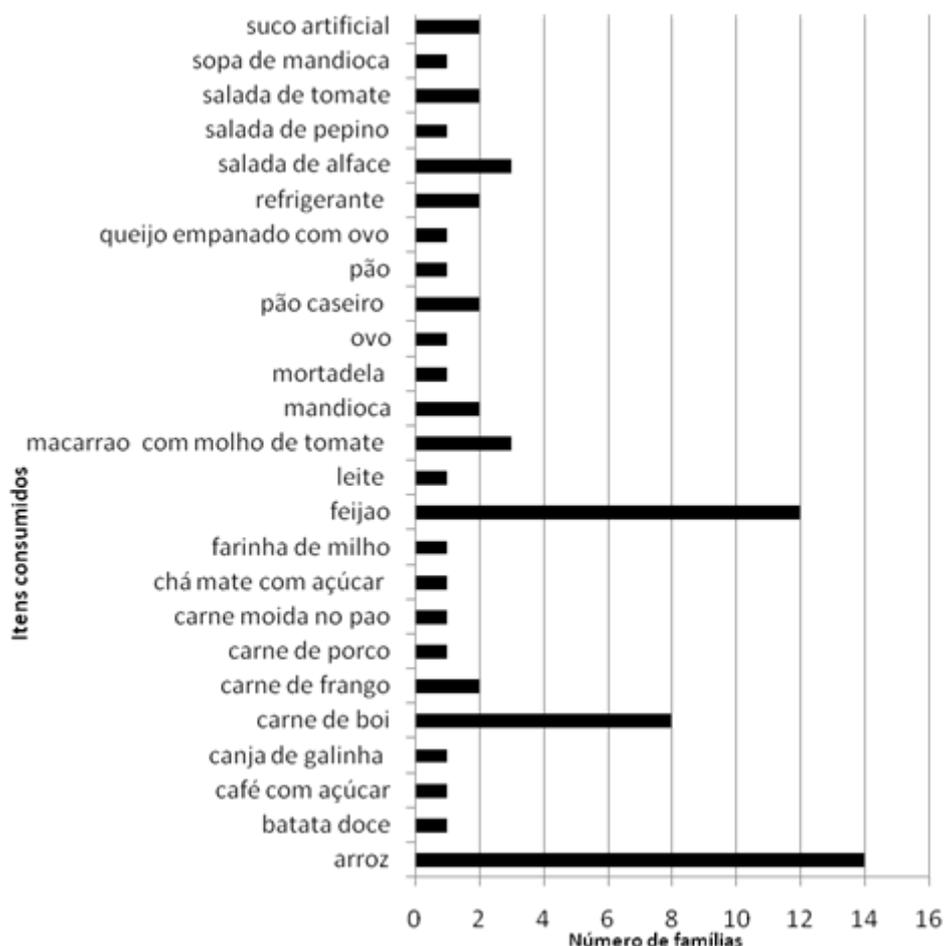


Gráfico 7 - Recordatório 24 horas: Jantar na APA

Considerações finais

Os resultados apresentados neste estudo reforçam a tese de que as práticas de produção agroalimentar na APA não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e soberania alimentar. Esse equilíbrio, porém, é frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como redução da mão de obra e baixa produtividade. As práticas produtivas na APA vão ao encontro das três premissas descritas pela Segurança Alimentar, sendo a disponibilidade e o acesso aos alimentos e a estabilidade da produção.

A produção agroalimentar contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares. Na unidade de conservação, nota-se que a produção agrícola é majoritariamente destinada à alimentação da família. Além da produção, os alimentos são comprados com a renda advinda dos benefícios do governo e empregos não agrícolas.

Observou-se que a mudança da categoria de unidade de conservação permitiu aos agricultores fazer uso da terra não mais na condição de clandestinidade. A produção de

autoconsumo engloba a qualidade da alimentação podendo ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar de produção.

A Lei da Mata Atlântica teve papel fundamental para consolidar os direitos dos agricultores, classificados como pequenos produtores, no que se refere ao uso dos recursos naturais ligados às práticas alimentares.

A produção de autoconsumo engloba a qualidade da alimentação podendo ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar, em contraposição à subordinação imposta pela alimentação industrializada.

Referências

CAMBUY, A. O. S. **Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico**. 2006. 67 f. Monografia (Graduação em Nutrição), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. n. 245. ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

CGPAN. Relatório de gestão. Brasília, 2005. 51p. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/relatorio_2005_cgpan.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

FERREIRA, S. R. B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEOgrafia**, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

FIGUEIREDO, M. C.; BOAZ, C. M. S.; BONACINA, C. M.; FABRICIO, F. K.; SILVA, K. V. C. L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p.130-135, 2011.

FRANCISCO, E. C. **Agricultura familiar em Área de proteção Ambiental: a reprodução de um modo de vida**. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração final**. Havana (Cuba), 2001.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai**. 2004. 284 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HOLANDA, L. B.; BARROS FILHO, A. Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

MALUF, R. S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-262.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno 'segurança alimentar'**. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2006.

MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2007.134 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.108 p.

NAVAS, R.; KANIKADAN, A. Y. S.; SANTOS, K.M.P; GARAVELLO, M. E. P. E. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 19, p. 40-56, 2015.

PIPERATA, B. A. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and the nutrition transition. **American Journal of physical anthropology**, New York, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2007.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, Coleção Estudos Rurais. 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 13-54.

RAMOS, M. O. **A comida da roça ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de Maquiné (RS)**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REIJNTLES, C.; HAVEKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 359 p.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2009. 126 p.

SANTOS, K. M. P. **Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar**. 2015, 139 f. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade de São Paulo, Piracicaba.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara: Fundação ITESP, 2003. 105 p.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the Riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environmental Development and Sustainability**, Washington, v. 11, n. 3, p. 489-507, 2007.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. P.; NAVAS, R.; NARDOTO, G. B.; MAZZI, E. A.; MARTINELLI, L. A. Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga – GO. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 591-607, 2015.

SOUZA, A. S.; SOARES, L. F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. **Revista Nutrire**, São Paulo, v. 36, p. 38-45, 2011.

VALENTE, F. “O combate à Fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação - um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável” São Paulo, Instituto da Cidadania, 2001.

VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty**. Folheto distribuído por ocasião da Cimeira Mundial da Alimentação + 5. Roma, Itália, p.23, 2002.

WESTPHALEN, M. C.; MACHADO, B. P. BATALHA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, Departamento de História, n. 7, 1968, p. 13-35.

Recebido para publicação em 25 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 07 de maio de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.